

VIOLÊNCIA E DISCURSO: AGRESSÃO VERBAL E TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

VIOLENCE AND ADDRESS: VERBAL AGGRESSION AND TEACHING JOB IN BASIC EDUCATION



Vol. 9 Número 18 jul./dez. 2014

p. 651 - 660

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani ¹

Valdocir Antonio Esquinsani ²

RESUMO: O estudo em tela parte de uma pesquisa empírica amparada em uma breve revisão bibliográfica, com o objetivo de problematizar a violência sofrida por professores da educação básica no ou em decorrência do desempenho de suas atividades laborais, focando na análise das falas empreendidas como agressões verbais, entendendo que este discurso de agressão mobiliza um entendimento sobre a docência que merece ser retratado. Para dar conta desta problematização, o texto ampara-se em uma pesquisa empírica que examinou 20 reportagens sobre a agressão verbal que sofre o professor, veiculadas em dois semanários de circulação nacional, entre os anos de 2001 e 2011, utilizando como suporte a Análise do Discurso de corrente materialista ou da linha francesa. Como conclusão considera-se que há aspectos de inegável violência nos relatos veiculados pelas reportagens analisadas. Todavia, a análise dos mesmos pode contribuir para erigir outro ponto de vista em relação à violência verbal contra o professor. Ela pode externalizar um significativo jogo discursivo que passa pelo questionamento (explícito ou implícito) da própria condição da escola como instituição de produção discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica; análise do discurso; violência

ABSTRACT: The study on canvas part of an empirical research supported by a brief literature review, with the aim to discuss the violence suffered by teachers in basic education or as a result of the performance of their work activities, focusing on the analysis of the statements taken as verbal aggression, understanding that this discourse of aggression mobilizes an understanding about teaching that deserves to be portrayed. To take account of this questioning, the text bolsters in an empirical study that examined 20 reports on verbal aggression suffered by the teacher, aired in two weekly newspapers of national circulation, between the years 2001 and 2011, using as support the Analysis of speech

¹ Professora e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo / UPF. Pesquisadora Pq/CNPq

² Professor e Pesquisador da Universidade de Passo Fundo / UPF

materialistic stream or the French line. In conclusion it is considered that there are aspects of undeniable violence in the reports transmitted by the articles analyzed. However, their analysis can contribute to erect another point of view in relation to verbal violence against the teacher. She can outsource a significant discursive game that passes through questioning (explicit or implicit) of the very condition of the school as an institution of discursive production.

KEYWORDS: Basic Education; discourse analysis; violence

*"- Quando eu emprego uma palavra - declarou Humpty Dumpty, com um tom bastante desdenhoso -, ela quer dizer exatamente aquilo que eu quero dizer... nem mais nem menos.
- A questão é saber se você pode obrigar as palavras a querer dizer tantas coisas diferentes. [Alice]
- A questão é saber quem será o mestre, isto é tudo. [Humpty Dumpty]"*
Lewis Carroll

Argumentos iniciais...

Causou certa polêmica pesquisa divulgada em maio de 2013, pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp). Segundo a mesma, 44% dos professores da rede estadual paulista já sofreram algum tipo de violência na escola. A agressão verbal é a forma mais comum, tendo atingido 39% dos docentes, seguida de assédio moral (10%), *bullying* (6%) e agressão física (5%) (<http://apeoesp.org.br>, em 12 de fevereiro de 2014). Parece um tanto incongruente que um professor sofra qualquer tipo de violência em decorrência de seu trabalho e, principalmente, no seu local de trabalho, uma vez que a profissão docente não envolve a exposição direta a contextos e circunstâncias de segurança pública.

Todavia, se a entidade classista representativa dos professores lançou-se em uma pesquisa quantitativa sobre a violência que os docentes sofreram na escola, é porque a mesma não apenas é material, como também ultrapassou a esfera do casuístico.

Assim, este estudo parte de uma pesquisa empírica amparada em uma breve revisão bibliográfica, com o objetivo de problematizar a violência sofrida por professores da educação básica no ou em decorrência do desempenho de suas atividades laborais, focando na análise das falas empreendidas como agressões verbais, entendendo que este discurso de agressão mobiliza um entendimento sobre a docência que merece ser retratado.

O foco do estudo voltado para a educação básica decorre de dois argumentos balizadores da pesquisa. O primeiro argumento decorre de uma constatação legal: há, no país, dois níveis de escolarização. Tal definição é objeto do artigo 21 da Lei 9.394/1996, no Título V, que versa sobre os níveis e modalidades de educação e ensino. Desta definição legal, depreende-se que há um volume significativo de envolvidos na / com a educação básica, uma vez que para se chegar ao segundo nível, ensino superior, se supõe pela lógica de organização da educação nacional, que tenha havido uma passagem pela educação básica (consideradas as distintas modalidades). Assim, ao se focar um estudo na educação básica considera-se grande chance do mesmo repercutir em um número significativo de sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com a mesma.

A título de ilustração, em 2013 haviam no Brasil 2.148.023 funções docentes alocadas na educação básica (dados advindos da Sinopse Estatística da Educação Básica, site: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>).

O segundo argumento assenta-se na trajetória dos pesquisadores, organicamente envolvidos com a educação básica, partícipes de grupos de pesquisa que problematizam diferentes aspectos deste nível de escolarização.

Considerando que o escopo investigativo concentra-se na violência sofrida por professores da educação básica no ou em decorrência do desempenho de suas atividades laborais, o recorte na educação básica adiciona um ingrediente extra ao tema, uma vez que episódios de agressão verbal a docentes podem, eventualmente, envolver menores de idade (pela faixa etária recorrente neste nível de escolarização), o que complexifica significativamente todas as formas possíveis de denúncia, relato e reação.

Se considerarmos que as "... manifestações linguísticas [são] produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção" (KOCH, 2001, p.11), buscar, via reflexão, o entendimento dos discursos que se consubstanciam em agressão verbal ao professor, bem como dos contextos de produção dos mesmos, passa a ser um subsídio para debates acerca da materialidade da profissão docente e suas especificidades discursivas.

Para dar conta desta problematização, o texto ampara-se em uma pesquisa empírica que examinou 20 reportagens sobre a agressão verbal que sofre o professor, veiculadas em dois semanários de circulação nacional, entre os anos de 2001 e 2011, utilizando como suporte a Análise do Discurso de corrente materialista ou da linha francesa.

Problematizando o tema...

O fato de tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei 267/2011, que "acrescenta o art. 53-A a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências', a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante" (Ementa do PL) indica, no mínimo, que há uma demanda pela construção de mecanismos que coibam ou minimizem agressões contra professores no desempenho de sua profissão. E, se há a demanda pela construção de tais mecanismos, poderíamos supor que os atos de violência praticados contra professores não são exceção, mas se constituíram em uma regra a ponto de receber uma legislação própria.

Quando colocamos o trabalho docente em pauta, operamos com expectativas coletivas sobre o referido trabalho. Seguramente, a maior parte da sociedade tem, como discente, alguma experiência de escola e do trabalho do professor. Assim, quando mencionamos o trabalho docente, falamos sobre um território com algum consenso e certa familiaridade. Qualquer pessoa, minimamente escolarizada, tem noção das interações que se processam entre professores e alunos no interior da escola. Entretanto, justamente por conhecer ou reconhecer, familiarmente, este universo escolar, criamos expectativas em relação à figura do professor e seu desempenho laboral, expectativas que podem ser representadas por um discurso evidente ou velado mas que denota, quando pronunciado, uma determinada concepção de docência e da atividade laboral inerente à docência.

Em geral, as expectativas coletivas acerca da docência giram em torno de uma tênue linha que separa o profissionalismo da vocação. Temos relativa dificuldade histórica em definir se os professores são vocacionados e subsidiariamente profissionais; ou se são profissionais e subsidiariamente vocacionados. Saber técnico e habilidades pessoais se embrenham na complexa experiência docente.

Esta lógica é alimentada por um ascendente, histórico e palpável processo de desvalorização do magistério e do trabalho docente, sentido, simbolicamente, nas representações da docência e, concretamente, pela média de remuneração ofertada para professores, no contexto de reiterada e propagandeada crise no campo da educação, o que

possibilita debates acerca da profissão docente que, ao compor a pauta das discussões sociais, gera expectativas e paradoxos onde...

Por um lado, reafirma-se continuamente o papel da escola e do professor como imprescindíveis para a superação das mazelas da nossa sociedade. Problemas como a violência, a criminalidade, a corrupção, enfim, tudo o que põe em risco a convivência civilizada na sociedade humana é interpretado como resultante de uma educação deficitária, ou seja, como consequência da ausência de bons professores na formação dos indivíduos. De outra parte, essa mesma sociedade, que faz tão alta aposta no trabalho dos professores, parece não se incomodar com a baixa valorização dessa categoria profissional, expressa no padrão salarial a ela estabelecido, especialmente pelos poderes públicos, e, por consequência, com o fato de estarmos tendo, em regra, como professores das novas gerações os de menor êxito na sua própria formação (BOUFLEUER, 2013, p.395).

Assim, o propalado momento de crise no setor educacional torna palatável o tema docência e as condições específicas de atuação profissional onde “o professor, tido como agente de mudança, emerge [...] cada vez mais, como o responsável pela realização do ideário do século XXI” (SCHEIBE, 2010, p. 987)

Matizada por estes paradoxos, a profissão docente enfrenta a materialidade cotidiana das escolas e salas de aula, ao mesmo tempo que se mostra à opinião pública como uma esfera cambiante entre a vocação, que tudo suporta, e o profissionalismo, muitas vezes questionado em nome do senso comum que entende ser de fácil execução a expertise laboral docente.

E, nesta materialidade da profissão docente, volta e meia, emerge a violência ao que o professor está exposto, no decurso de suas atividades laborais, seja através de um episódio de repercussão nacional, seja através de pesquisas como a mencionada no início deste texto.

Os dados vêm e vão... os episódios causam comoção e revolta momentânea... mas muitos professores continuam sendo alvo de agressões no desempenho de suas atividades laborais, sofrendo violências em seu local de trabalho e em decorrência de atividades inerentes a sua profissão.

Há bons estudos que enfrentam o tema (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI 2010; ABRAMOVAY, 2002; ABRAMOVAY, 2005; GALVAO, 2010; PIGATTO, 2010; PRIOTTO; BONETI, 2009, entre outros) mas, há espaços para novos dados e pontos de vista, pois é ilógico tolerarmos que um profissional sofra violências no contexto de sua atividade laboral e que tal evento seja relativamente naturalizado. Assim, problematizar a violência a que o professor está submetido, bem como os discursos que a cercam, insere-se no esforço de manter o tema de forma combativa e vivaz, sob um espectro pragmatista de debate acerca da educação nacional.

Elementos empíricos:

Para dar corpo à problematização pretendida, foram examinadas 20 reportagens veiculadas nos dois principais semanários de circulação nacional: Revista Isto É, Editora Três e Revista Veja, Editora Abril, entre os anos de 2001 e 2011. Considerando a análise do material empírico e o escopo de discussão sobre o discurso pronunciado acerca da docência, foram selecionadas apenas reportagens que faziam menção explícita à agressão verbal sofrida por professores no ou em decorrência do desempenho de suas atividades laborais.

Ainda que os textos midiáticos sejam acatados como documentos de domínio público, estando disponíveis na internet, não será mencionada nenhuma reportagem em específico. Para evitar uma (nova) exposição das vítimas, desnecessária aos objetivos do texto, os dados brutos não serão publicados. Apenas os dados tratados contribuirão para a problematização requerida na pesquisa em tela.

As reportagens foram examinadas a partir das seguintes categorias ou questões de

pesquisa: a) quem promoveu a agressão verbal; b) que discursos foram pronunciados; c) local (dentro da sala, da escola, no pátio, na rua...); d) razão declarada; e) sexo do agredido; f) sexo do(s) agressor(es); g) dependência administrativa da instituição onde ocorreu a violência, e, por fim h) eventuais formas de reação a agressão.

Tal estratégia de exame do corpus empírico consolidou-se na perspectiva da AD francesa, onde a língua não produz apenas o discurso, mas as significações de contexto deste discurso são igualmente importantes, uma vez que:

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso (PÊCHEUX, 2009, p. 81)

Quanto aos autores das agressões verbais contra docentes no desempenho ou em decorrência de sua atividade laboral, 80% das reportagens mencionavam alunos e 20% aludiam, como promotores da violência, pais de alunos. Os alunos parecem capitanear as agressões verbais contra professores. Seguramente, potencializado pelo convívio diário, alunos e professores aparecem em lados opostos nas reportagens examinadas, como sujeitos de um discurso de aparente inconciliação.

Vale lembrar que essa aparente oposição entre professor e aluno (representada pela ação agressiva), incorre no conceito de sujeito, sendo que para a análise do discurso, o sujeito...

... é uma posição material linguístico-histórica produzida em meio ao jogo de contradições e tensões sócio-ideológicas. Assim, em uma dada análise, busca-se compreender o modo de produção de sentidos resultante das posições discursivas de sujeito constituídas (MARIANI, 2003, p. 61)

Intimidar, gritar, ameaçar, mostrar quem manda, usar termos de baixo calão e grosserias, figuram como as formas mais comuns utilizadas para se agredir verbalmente um professor. Há, nesta situação, um tom de inversão da própria dinâmica laboral: ao invés de pronunciar seu conteúdo e coordenar as práticas pedagógicas que são inerentes a sua atividade, o professor cala para escutar ofensas. Cumpre lembrar que os agressores estão dentro de um padrão de sujeito que, “ao dizer 'eu' desse lugar imaginário e identificado à formação discursiva que o domina, o sujeito materializa sua inserção na história, mostra um percurso de sentidos na língua e, ao mesmo tempo, se coloca à mercê do jogo dos significantes” (MARIANI, 2003, p.70), ou seja, ele encontra-se (auto) legitimado para assim agir.

No que diz respeito ao local onde a violência teria ocorrido, 100% dos casos remetem ao espaço interno da escola. Deste total, 80% remete mais especificamente ao espaço da sala de aula como palco da agressão. Ou seja, 100% dos casos relatados para composição da empiria houve violência contra o professor dentro do seu local de trabalho. Não foi a violência nas ruas ou das ruas, mas no interior da escola.

Interessante observar também, no que refere-se aos motivos ou razões para a violência – de acordo com a versão do agressor –, em 30% dos casos não houve sequer uma tentativa de explicação sobre as causas da agressão. Entretanto, em 50% dos casos, a agressão se deu em decorrência do desempenho docente das atividades inerentes a sua profissão, como em resultado dos processos de interação discursiva em sala de aula, típicos da atividade laboral do professor.

Este seria um retrato da lei da utilidade, ou “lei 'psicológica' segundo a qual não se fala somente por falar, mas porque há uma utilidade em fazê-lo. Em virtude dessa concepção utilitarista da linguagem, considera-se razoável indagar, para cada ato de fala, os motivos que poderiam tê-lo suscitado” (ORLANDI, 1996, p. 18)

Pelos elementos colhidos na empiria selecionada, 50% dos casos de agressão verbal ocorreram em razão do professor estar desempenhando as suas tarefas profissionais. Grosseiramente, poderíamos dizer que o docente foi agredido por estar fazendo o seu trabalho.

Outro dado relevante advém de uma constatação de gênero: dos casos analisados, 90% das vítimas são mulheres professoras e 50% dos agressores são do sexo masculino, sendo que em 40% dos casos apresentados nas reportagens, o sexo do agressor não foi identificado e 10% dos mesmos eram do sexo feminino.

Por fim, em relação à dependência administrativa da instituição onde ocorreu a violência, 70% das escolas pertenciam a redes públicas de ensino e 30% eram instituições privadas. Em resumo, tanto escolas públicas, quanto instituições privadas registraram casos de violência contra o professor.

Quanto às formas de reação a violência sofrida, os dados mostram que nenhum professor reagiu na hora. Não houve mencionada troca de agressões verbais. O professor, aparente e simplesmente, foi vítima do ato sem reação ou recíproca. O professor, vítima da violência, em geral muda de escola, transfere-se, isola-se e, em muitos casos, entra em atestado médico.

Algumas reflexões sobre o tema a partir dos dados empíricos

A escolha pelo tratamento do tema a partir de reportagens publicadas ao longo de dez anos, em dois importantes semanários de circulação nacional, implica em uma opção pelo foco da mídia ou, nas palavras de Orlandi, o corpus de análise deriva “de uma construção do próprio analista” (2003, p. 63).

O olhar e as escolhas da mídia (ou parte delas) podem emprestar relevância e fundamentação a um tema de debate, garantindo aproximações com os objetos de estudo pois considera-se que a mídia tem determinado cada vez mais o ponto de vista das sociedades modernas: “de uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno” (Thompson, 2001, p. 19). O discurso da mídia é ponto determinante na composição da pauta das discussões sociais. O cotidiano brota de suas colunas forjando opiniões e lançando temas aceitos e entendidos como relevantes e dignos de discussão pela sociedade.

Portanto, os temas colocados em discussão pela mídia também são, de muitas maneiras, absorvidos pela sociedade, produzindo interpretações e reações, uma vez que “as lutas concretas de cada sociedade são postas em cena nos textos da mídia, especialmente na mídia comercial da indústria cultural cujos textos devem repercutir as preocupações da sociedade, se quiserem ser populares e lucrativos” (KELLNER, 2002, p. 32).

Pesquisas como as do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp) apontam uma tendência progressiva dos eventos de agressão ao professor. Os dados empíricos deste texto também corroboram com a interpretação de ascendência dos eventos, uma vez que 50% dos casos relatados concentram-se nos últimos três anos do recorte (2009-2010-2011).

Entretanto, presume-se que os episódios de violência contra docentes seja bem maior do que a empiria aponta, pois relatos mais corriqueiros e cotidianos não formam o escopo editorial dos grandes semanários, em geral dedicados a temas mais abrangentes. Por esta razão, são relativamente poucos os produtos midiáticos direcionados ao tema violência na escola. São poucas reportagens e quando chegam até um semanário nacional, são casos extremos, de grande repercussão e comoção.

A palidez de dados científicos quantitativos e atuais sobre o assunto, representados pelos poucos estudos em larga escala e de representação nacional, também enfraquece a

abordagem, uma vez que cai na percepção subjetiva e no olhar de quem verte sobre o assunto.

Entretanto, o contexto de violência contra o professor no seu trabalho ou em decorrência do seu trabalho perfilha uma realidade, talvez pouco problematizada e relativamente naturalizada, onde a instituição escolar assegura, de um lado a hierarquia, de outro alimenta os potenciais atos de contradição e desafio que desembocam, por vezes, em agressões contra os sujeitos que apresentam-se como protagonistas do sistema: os professores.

A escola atua através da convenção: o costume que, dentro de um grupo, se considera como válido e está garantido pela reprovação da conduta discordante. Atua através dos regulamentos, do sentimento de dever que preside ao discurso pedagógico e este veicula. Se define como ordem legítima porque se orienta por máximas e essas máximas aparecem como válidas para a ação, isto é, como modelos de conduta, logo, como obrigatórias. Aparece, pois, como algo que deve ser. Na medida em que a convenção, pela qual a escola atua, aparece como modelo, como obrigatória, tem o prestígio de legitimidade. (ORLANDI, 1996, p. 23).

A escola, na maioria das vezes, tende a organizar pela força da tradição, convenções que cerceiam outras possibilidades comunicativas, o que pode gerar uma contrarreação discursiva que pode ser classificada como agressão verbal.

No contexto dos dados empíricos, as agressões verbais são, em geral, de difícil categorização, pois as falas registradas nas reportagens não se repetem ou, pelo menos, não se repetem na mesma sequência e com as mesmas características.

Entretanto, quando colocados sob a ótica dos argumentos discursivos, as agressões desvelam sua face, constituindo-se em formações discursivas características. Nas palavras de Pêcheux...

Chamaremos, então, formações discursivas aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

As agressões verbais empreendidas orbitam na esfera do profissional: 60% dos alunos ou pais agressores lançam mão de um argumento ofensivo do ponto de vista da atividade laboral docente: ou agridem ao lembrar a condição de 'empregado' do professor, com argumentos como "eu pago o teu salário" ou "meu pai paga o teu salário"; ou remetem a dúvida sobre a competência ou expertise profissional do docente, colocando em xeque sua capacidade de ensinar "nosso filho é ótimo, você é que não sabe ensinar".

Poderíamos considerar que este tipo de argumento discursivo utilizado para agredir, ferir, machucar simbolicamente o professor pode fazer parte de dois contextos. Em um primeiro contexto, o mesmo seria fruto de uma concepção subalterna da docência, onde a atividade do professor é vista como uma atividade menor, secundarizada diante de atividades privilegiadas. As expressões utilizadas nada mais seriam do que reflexos de entendimentos que 'escapam' ao controle em momentos de tensão, uma vez que:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Já, em um segundo contexto, o argumento de deslegitimar o trabalho do professor poderia configurar-se em uma contestação ao argumento da autoridade docente, uma forma de atingir a autoridade hierárquica do espaço de sala de aula em relação a um determinado

tipo de discurso constituído, onde “pela posição do professor na instituição (como autoridade convenientemente titulada) e pela apropriação do cientista feita por ele, dizer e saber se equivalem, isto é, diz que $z = \text{sabe } z$. E a voz do saber fala no professor” (ORLANDI, 1996, p. 21)

O fundamento da autoridade tradicional dos professores, em sala de aula, residiria em seu estatuto intelectual e competência profissional para ensinar, os quais poderiam lhe conferir distinção e uma posição hierárquica superior em relação aos alunos. Mais recentemente, o processo de legitimação da autoridade dos professores passa a destacar o modo como estes interagem com os alunos. Assim, para exercer uma autoridade legítima, os professores precisam demonstrar uma competência para ensinar, bem como competência interpessoal em sala de aula (GARCIA, 2009, pp. 515; 516)

Assim, a contestação possível extrapola os limites legitimados da escola e seria externalizada nas falas que colocam em dúvida a expertise docente e, portanto, o seu discurso de sala de aula e o seu argumento de hierarquia intelectual.

Poderíamos, então, perguntar: o que é o aluno e o que é o professor? O aluno é idealmente B, isto é, a imagem social do aluno (o que não sabe e está na escola para aprender), e o professor é idealmente A, isto é, a imagem social do professor (aquele que possui o saber e está na escola para ensinar). É assim que se “resolve” a lei da informatividade e, de mistura, a do interesse e utilidade: a fala do professor informa, e, logo, tem interesse e utilidade. O professor diz que e, logo, sabe que, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor; a dizer que sabe, isto é, ele aprendeu. (ORLANDI, 1996, p. 21)

Quando o aluno assume o papel de cliente (ou comprador de um determinado serviço, no caso o saber), também assume o discurso inverso em relação ao mesmo: ele paga para aprender com um mediador (professor) aquilo que ele não aprenderia sem o mesmo mas, para ter o controle da situação, assume-se, discursivamente, como o patrão, o cliente, o comprador, o chefe, uma vez que a “história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 190)

Nesta relação patrão/empregado, há um forte componente ideológico pautando o discurso, considerando que:

... a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito (ORLANDI, 2003, p. 46).

Há, ainda, outra agressão verbal característica e recorrente, portanto, categorizável: 40% dos casos registram, como violência, a agressão verbal vinculada a ameaça de morte. Neste caso, não há mais um profissional que foi vítima de uma agressão, mas um cidadão diante da ameaça de um crime. Todavia, este tipo de agressão parece ser tão comum que, em nenhum dos casos utilizados para composição desta empiria, houve registro de ocorrência.

Há duas possibilidades de análise para estas ameaças extremas: em primeiro lugar a força discursiva das ameaças de morte pode residir mais na língua do que no ato, ou seja, nem sempre a pronúncia da agressão pode significar, necessariamente, a ação agressiva. Nas palavras de Pêcheux (2012, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”, ou o ‘famoso’ “não foi bem isto que eu quis dizer”. Não se tratava de ameaçar de

morte em condições que possibilitassem a execução desta ameaça, mas de externalizar expressões que, em outro contexto, nada significariam.

Em uma segunda possibilidade de análise, no caso deste tipo de agressão verbal, seguramente, estamos diante de uma ruptura de imagem: o professor ideal deixa de ser o professor das representações e passa a ser o potencial inimigo, sendo que:

A distância entre a imagem ideal e o real é preenchida por presunções, mediação essa que não é feita no vazio mas dentro de uma ordem social dada com seus respectivos valores. As mediações se sucedem em mediações provocando um deslocamento tal que se perdem de vista os elementos reais do processo de ensino aprendizagem (ORLANDI, 1996, p. 21).

Ao professor ideal, flores. Ao professor real, ameaças. Enquanto o primeiro se comporta conforme um padrão de referência intrínseco, o segundo pode constituir-se em uma ameaça concreta, um princípio de poder e autoridade.

Concluindo

Há aspectos de inegável violência nos relatos veiculados pelas reportagens analisadas. Todavia, a análise dos mesmos pode contribuir para erigir outro ponto de vista em relação à violência verbal contra o professor. Ela pode externalizar um significativo jogo discursivo que passa pelo questionamento (explícito ou implícito) da própria condição da escola como instituição de produção discursiva, uma vez que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 161). Ou seja, eles não falam descolados do seu lugar de fala e este lugar expressa mais do que um ponto de vista, mas uma construção ideológica singular.

Tal hipótese pode ser referendada como uma explicação ao fato de que das razões declaradas, 60% dos agressores utilizou como justificativa o desempenho docente das atividades inerentes a sua profissão: o professor pediu silêncio para explicar o seu conteúdo e foi agredido; cobrou conformidade na postura do aluno às regras da escola e foi vítima de agressão; conversou com os pais sobre o baixo rendimento do filho e sofreu agressão verbal, entre outras situações que seriam uma praxe da expertise profissional. Ou seja, das razões declaradas, são raros os casos onde o professor foi agredido por transcender os limites estritos de suas atividades laborais.

Assim, se por um lado pesa o descompasso entre uma atividade profissional e a violência sofrida em razão de sua execução, por outro lado tal violência pode sinalizar como uma reação a esta mesma execução, por parte dos sujeitos beneficiários desta atividade e sua localização na produção do discurso.

Referências bibliográficas:

- ASSIS, SG, CONSTANTINO, P, AVANCI, JQ, (org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Editora Fiocruz; 2010. 270p
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- ABRAMOVAY, Miriam (coord.) **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005. 404 p.
- BOUFLEUER, José Pedro. A profissão professor: crise de profissão ou profissão em crise? **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 19, n.39, p. 391-408, mai./ago.2013.
- GALVAO, Afonso et al. Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. 2010, vol. 18, n.68, pp. 425-442.
- GARCIA, Joe. Indisciplina e violência nas escolas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28,

p. 511-523, set./dez. 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno, Bauru, SP, EDUSC, 2002.

KOCH, Ingedore Gunfred Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, 100 p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2009. 317 p

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PIGATTO, Naime. A docência e a violência estudantil no contexto atual. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, jun. 2010, pp. 303-324

PRIOTTO, E. P; BONETTI L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. Revista **Diálogo Educacional**. Curitiba/Paraná, v. 9, no. 26, . 2009, pp. 161-79.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a Educação Básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010, p. 981-1000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** - uma teoria social da mídia. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em: 27/03/2014

Aprovado para publicação em: 03/11/2014